



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Presidência
Juiz Auxiliar da Presidência
Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas



Nº Processo PROAD acima

NOTA TÉCNICA N. 14/2025

Ementa: Orientações sobre a forma correta e eficiente de utilização das “prioridades” (a) infância e juventude, (b) destituição de poder familiar, (c) adoção e (d) Primeira Infância, cadastradas no Sistema PROJUDI, por Gabinetes e Serventias.

O Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, instituído pela Resolução-TJGO 147/2021, tem como finalidade inerente a edição de notas técnicas destinadas à adoção de medidas para uniformizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais a fim de aperfeiçoar a prestação jurisdicional.

Em razão disso, e do seu próprio escopo de atuação, o Centro de Inteligência deve apresentar sugestões de rotinas, fluxos e ações que sejam eficientes para a modernização e aperfeiçoamento dessas rotinas processuais.

E, neste estudo, iniciado em razão da necessidade de orientação aos usuários internos e externos sobre a inserção das prioridades (a) infância e juventude, (b) destituição de poder familiar e (c) adoção quando a causa for dessas classes ou assuntos.

Relembre-se de início que o Sistema PROJUDI tem em sua arquitetura as chamadas propriedades de “prioridades” legais, decorrentes de *soft law* e

oriundas de precedentes jurisdicionais (tais como o “Pedido de Tutela Provisória”, “Réu Preso”, “Destituição de poder familiar”, “Primeira infância” entre várias outras).

A anotação dessa prioridade, na arquitetura do PROJUDI, é feita pelo advogado ao propor a ação ou inserida posteriormente pelo magistrado ou pela serventia (ferramenta modificar dados) nos casos entendidos como adequados.

Uma vez anotada a prioridade há vários efeitos tecnológicos e processuais, como o ganho de fila prioritária (na ordem de conclusão e de cumprimento, por exemplo), destaque com um círculo (vermelho, amarelo ou alaranjado), o envio automático à conclusão entre outras regras de negócio.

Há, portanto, priorização efetiva e tramitação mais eficiente, daí o conteúdo desta nota técnica para salientar a importância da inserção, seja pelo advogado (no ato de ajuizamento), seja pela serventia (no momento superveniente, e em qualquer fase processual) das prioridades, notadamente se elas envolvem a temática da Infância e da Juventude, que são regidas pela chamada “Prioridade Absoluta”, prevista na Constituição Federal e na Lei 8.009/1990.

Conclusões e orientações técnicas:

Assim, para otimizar a prestação jurisdicional e garantir a “Prioridade Absoluta”, recomenda-se a observância dessas orientações sobre a inserção de prioridades no Sistema PROJUDI por advogados, servidores e, em último caso, pelo magistrado, ao operar o saneamento permanente do feito.

A presente Nota Técnica será instruída com tutorial elaborado pela Unidade de Atendimento aos Usuários de Sistemas e esclarecerá a forma mais eficaz da utilização das prioridades, conforme a previsão legal.

Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, Juiz Auxiliar da Presidência

Marcus Vinícius Alves de Oliveira, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Antônio Pires de Castro Junior, Diretor de Estatística e Ciência de Dados

Diego Cesar Santos, Diretora de Planejamento e Inovação

Agda Franco de Oliveira Goyano, Coordenadora do NUGEPNAC

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 100729672471 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202406000528358 (Evento nº 14)

ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS

JUIZ AUXILIAR

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS

Assinatura CONFIRMADA em 02/02/2025 às 21:03

